



justiça

política externa

sul-sul

empresas e direitos humanos

institucional

JUSTIÇA

A ONDA DE PROTESTOS DE 2013 diferentes estratégias para defender os direitos humanos da população carcerária frente às violações sistêmicas que essa parcela da população sofre em razão de um sistema carcerário fracassado e instituições democráticas ineficientes:

Caso Pedrinhas.

No final de 2013, umas das mais graves crises no sistema prisional brasileiro tomou conta do país no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, onde em 2013 mais de 60 presos foram mortos. Desde então, Conectas e organizações parceiras têm defendido a [inter-venção e a federalização](#) dos crimes ali ocorridos. Leia mais [aqui](#). Conectas também lançou uma ofensiva nos veículos de mídia nacional e [internacional](#) para expor e conscientizar a opinião pública sobre o caso de Pedrinhas e o sistema prisional brasileiro como um todo. A [Lei de Acesso à Informação](#) também foi ferramenta utilizada pela organização para pedir às autoridades maranhenses detalhes sobre cada um dos crimes cometidos em Pedrinhas.



NO ÂMBITO INTERNACIONAL Conectas e parceiros apresentaram o 'Caso Pedrinhas' e fizeram pronunciamento oral - durante 25ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU - sobre as mortes e abusos de direitos humanos cometidos no presídio. Leia mais [aqui](#). Ainda, Conectas também colaborou e se juntou à organização parceira maranhense para colaborar com a atualização de informações sobre as mortes ocorridas em Pedrinhas para complementar a [medida cautelar](#) apresentada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) em dezembro de 2013.

No início de julho de 2014, Conectas e organizações parceiras realizaram nova inspeção no complexo de Pedrinhas, que registrou nos primeiros 6 meses de 2014, outras 12 mortes, dentre as quais 3 ocorreram no período em que se dava a inspeção pelas organizações. A inspeção permitiu concluir que o Brasil não cumpre a medida cautelar expedida pelos comissionados da OEA. Leia mais [aqui](#). Conectas continuará acompanhando o caso de perto.



Combate ao Encarceramento em Massa & Criminalização da Pobreza.

No Brasil, o chamado combate às drogas é na verdade um instrumento eficaz de [criminalização da pobreza e da juventude negra](#). Conectas tem questionando as tentativas de retrocesso no âmbito do Legislativo, como por exemplo a aprovação do [Projeto de Lei nº 7.663/10](#), que propõe um aumento das penas relacionadas ao consumo de drogas. Em março de 2014, Conectas participou da primeira [audiência temática](#) sobre as políticas de drogas na América Latina, ocasião na qual a organização pôde expor os retrocessos legais no Brasil.



CONECTAS TAMBÉM CONTINUA LUTANDO PELA inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), que prevê a proibição do consumo de drogas. Em *amicus curiae* apresentado à Corte em 2012, Conectas e organizações parceiras defenderam a inconstitucionalidade do referido artigo e demonstraram como a política atual de drogas promove o encarceramento em massa e o tratamento desigual entre brancos e negros, ricos e pobres. O caso deve ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal no segundo semestre de 2014.

Visitas & Monitoramento de Presídios.

Conectas faz parte do Conselho da Comunidade - único órgão composto pelo poder público e representante da sociedade civil que permite livre acesso aos presídios brasileiros. Após as *visitas* realizadas, Conectas reporta violações cometidas e existentes às autoridades da execução penal. Mais recentemente, em setembro de 2013, o Diretor Adjunto da Conectas foi nomeado *membro do CNPCP* (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária) do Ministério da Justiça, órgão que tem por função avaliar e monitorar a condição dos presídios e propor avanços nos parâmetros da execução penal.

EL PAIS
POLÍTICA

Somos todos cúmplices



Casos no Supremo Tribunal Federal.

Em 2013, Conectas continuou fortalecendo sua atuação com o Supremo Tribunal Federal (STF) através da figura do *amicus curiae*, instrumento jurídico no qual a sociedade civil leva até os ministros do STF opiniões e pareceres na tentativa de auxiliar e influenciar a decisão dos ministros em casos em trâmite na Corte. Conectas continua monitorando e apresentando novos *amici curiae* nos mais diversos temas, tais como comunidades quilombolas, lista suja do trabalho escravo, descriminalização do uso de drogas, RDD e união estável homoafetiva, dentre outras. Todos os *amici curiae* e demais casos de litígio estratégico apresentados pela Conectas estão agora disponíveis na plataforma online da organização, [STF em Foco](#).

Transparência e da participação sociedade civil no STF.

Em sua estratégia de contribuir para o processo de transparência e participação da sociedade civil na nomeação dos ministros do STF, em 2013 Conectas e organizações parceiras apresentaram 11 perguntas aos Senadores durante a sabatina do ministro Luis Roberto Barroso pelo Senado Federal. Dentre as 11 perguntas, 7 foram feitas pelos Senadores. *Leia mais [aqui](#) e [aqui](#).*



Como funciona o processo de nomeação:

O processo de nomeação tem início com a indicação pela Presidência da República de um nome para a vaga aberta. Os únicos critérios estabelecidos constitucionalmente para essa escolha são que o candidato tenha entre 35 e 65 anos de idade, além de 'notável saber jurídico' e 'reputação ilibada'. A indicação é publicada no Diário Oficial da União e encaminhada ao Senado Federal, onde o candidato é sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, em seguida, tem seu nome aprovado pelo Plenário. Finalmente, por novo ato da Presidência é nomeado ministro do STF.



A ONDA DE PROTESTOS DE 2013 completou *um ano* no dia 13 de junho de 2014. A violenta repressão policial decorrente desses protestos causou forte repúdio aos defensores de direitos humanos no Brasil. Conectas, no papel de organização de direitos humanos, defendeu e zelou pela proteção desses direitos durante os protestos, bem como continua realizando ações de advocacy e articulações com parceiros para garantir esses direitos, tais como:



Debate sobre jornalismo nas manifestações.

Conectas e parceiros reuniram jornalistas para um debate com o tema 'Reportagem nas Manifestações de São Paulo' que contou com uma mesa redonda sobre segurança, técnicas de reportagem, uso de multimídia, ética, dentre outros assuntos. Leia mais [aqui](#). Na segunda edição do evento, foi promovido encontro entre jornalistas e o coronel Erich Meer Júnior, da Polícia Militar do Distrito Federal, que já foi membro da polícia da ONU na Bósnia entre 1995 e 1996. O encontro discutiu aspectos relevantes para a cobertura jornalística dos protestos que tem assolado o país todo. Leia mais [aqui](#) e [aqui](#).

Manifesto pela liberdade de imprensa e expressão.

Conectas e organizações parceiras realizaram coletiva de imprensa para discutir as violações à liberdade de imprensa e expressão ocorridas nas manifestações de rua. Leia mais [aqui](#).

Denúncias contra polícia e governo de São Paulo.

Conectas cobrou de autoridades públicas como a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e Procurador Geral de Justiça, informações e investigações para identificar os responsáveis pela ação policial repressiva nos protestos. Leia mais [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#).



1 "Uma tropa da polícia desceu a Consolação na direção dos manifestantes enquanto outra tropa vinha da Rua Maria Antônia. Tive a sensação de uma emboscada."
S.A.S., fotógrafo



2 "Estávamos em um cativeiro criado num quarteirão gigante. Ficamos presas entre a Consolação e a Augusta."
C.L.C., produtora cultural

3 "Eles começaram a tacar bombas em quem estava dentro da Praça. Eles estavam cercando a gente."
R.B.F., estudante

4 "Saí correndo e me protegi num posto de gasolina na frente da Praça Roosevelt. Eu e um monte de gente."
C.L.C., produtora cultural



5 "Em frente ao bar Atenas, na Augusta, foi bem angustiante, a gente achou que ia morrer."
T.R.C., estudante





Relatos de manifestantes.

Conectas lançou 10 histórias de jovens que foram feridos e presos durante as manifestações. Os relatos descrevem a tentativa da polícia de 'encurralar' e atacar os jovens manifestantes. *Leia mais [aqui](#).*

Contra projeto de lei que restringe direito ao protesto.

Conectas e parceiros apresentaram parecer técnico recomendando o veto total do Projeto de Lei 508/2013, de origem do Senado, que cerceia as liberdades de expressão, associação e manifestação. *Leia mais [aqui](#) e [aqui](#).*

NO ÂMBITO INTERNACIONAL, Conectas também fez uso de mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos para expor e denunciar a violência policial durante os protestos:

Apelo Urgente à ONU.

Conectas fez um Apelo Urgente aos relatores independentes das Nações Unidas, pedindo a investigação do uso desproporcional de força pela polícia, bem como das violações às liberdades de associação, expressão e circulação, além da apuração de detenções arbitrárias, tortura e violência contra jornalistas no protesto ocorrido em São Paulo no dia 13 de junho de 2013. *Leia mais [aqui](#) e [aqui](#).*

Audiência pública na OEA.

Conectas participou de audiência na Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre repressão a protestos, segundo apuração de mais de 200 casos de abuso cometidos pela polícia na repressão aos protestos que ocorreram em São Paulo desde junho de 2013. Conectas e organizações parceiras apresentaram vídeos e casos concretos de agressões, detenções ilegais, espancamentos, mutilações e outras violações de direitos nos protestos. A audiência foi realizada a pedido da Conectas e as organizações parceiras. *Leia mais [aqui](#).*

EM 2014, Conectas continuará monitorando e acompanhando as ações de advocacy para acompanhar a investigação e responsabilização dos autores da violência e repressão policial ocorridas durante as manifestações, bem como garantir que direitos humanos, como as liberdades de expressão e imprensa, sejam assegurados.



EM AGOSTO DE 2013, seis anos após o Brasil ter ratificado o Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura da ONU para criar um mecanismo de prevenção à tortura, a Presidência da República finalmente aprovou a lei que cria o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Desde o compromisso assumido pelo Brasil na ONU de criar um mecanismo nacional de combate e prevenção à tortura, Conectas tem monitorado e realizado ações de advocacy - individual e com parceiros-, feito denúncias na ONU, para defender a aprovação de lei federal que deverá criar o mecanismo. Em agosto de 2013, a lei federal foi finalmente aprovada. *Leia mais [aqui](#).*



O mecanismo servirá para coibir a prática de tortura e maus tratos no sistema penitenciário brasileiro. O número de pessoas atrás das grades saltou 380% nos últimos 20 anos. Hoje, o País tem a quarta maior população carcerária do mundo, perdendo apenas para Estados Unidos, China e Rússia. Cerca de 43% dos 550 mil presos brasileiros não têm condenação definitiva e o déficit de vagas no sistema chega a 207 mil.

Em julho de 2014, o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que conta com participação da sociedade civil, foi finalmente instalado pela presidente Dilma Rousseff. O Comitê, que possui acesso irrestrito a todos os locais de detenção, será responsável pela criação do mecanismo nacional e poderá propor ações de prevenção e combate à tortura, recomendar medidas de adequação aos espaços de privação de liberdade, bem como acompanhar a implementação dessas recomendações. Conectas continuará acompanhando o caso de perto e realizando ações de advocacy para assegurar que o mecanismo nacional seja criado.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Em 2013 o Brasil assumiu na ONU a responsabilidade de criar um mecanismo de prevenção à tortura. Paralelamente cinco anos após que o compromisso fosse cumprido. No dia 02 de agosto de 2013, depois de uma intensa mobilização do Subcomitê de Prevenção à Tortura dos Estados Unidos e de diversas organizações da sociedade civil, a lei que cria o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura foi finalmente sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Entenda o impacto e alcance dessa medida sobre a grave situação dos direitos humanos nos locais de privação de liberdade no Brasil.

4 PERGUNTAS

- Que locais serão inspecionados?**
Todos os locais de privação de liberdade de longa permanência e de privação de liberdade, isso inclui prisões, mas também clínicas psiquiátricas dependentes, hospitais psiquiátricos, centros militares de detenção, casas de custódia e instituições socioeducativas para adolescentes.
- Quando eles poderão ser inspecionados?**
A qualquer momento, sem aviso prévio. Há um único órgão que deve ser notificado pelo Mecanismo Nacional antes das visitas: o Mecanismo Estadual, se ele já existir no estado a ser inspecionado.
- Como serão essas visitas?**
Os membros do Mecanismo Nacional podem entrar sem aviso prévio em qualquer estabelecimento, além de registrar, através de vídeos, fotos ou áudios, todos as informações que julgarem pertinentes. Eles também podem estar acompanhados de técnicos.
- O que o Mecanismo deve fazer caso constata casos de tortura?**
Depois de cada visita, os membros do Mecanismo Nacional têm até 30 dias para entregar um relatório ao órgão, esses documentos serão públicos. Se necessário, eles também podem denunciar a abertura de processos criminais e administrativos, além de solicitar perícias, sugerir alterações na lei e propor políticas públicas.

202,7%

Apesar de não aumentarem os processos privados de liberdade, não há dados oficiais sobre o aumento de tortura no país.

2007 - 2012

2007 - 2012

2007 - 2012

2007 - 2012

548 mil

Pessoas estão presos no Brasil. Isso é o 4º maior população carcerária do mundo.

Paraná, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo e Rio de Janeiro já aprovaram leis que criam mecanismos de prevenção à tortura, mas apenas no Rio de Janeiro é obrigatório de fato (dependendo).

MECANISMO NACIONAL

Como vai funcionar o Sistema Nacional criado pela nova lei:

ESTRUTURA

Ministério da Justiça | Secretaria de Direitos Humanos

Conselho Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CONACPT)

Departamento Penitenciário Nacional (Depen) | Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

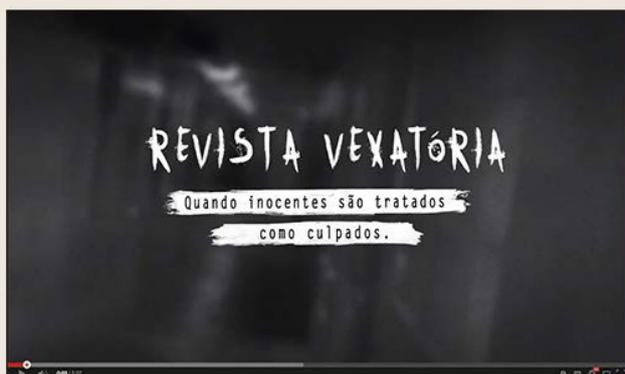
Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCMT)

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCMT)

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCMT)



A REVISTA VEXATÓRIA, consiste em uma revista extremamente humilhante, em que parentes, familiares e amigos de presos são obrigados a tirar a roupa e ter suas partes íntimas revistadas durante as visitas aos presos sob o pretexto de barrar a entrada de drogas e celulares nas cadeias. Familiares de pessoas presas – incluindo mulheres gestantes, idosas e bebês de colo – sofrem revistas manuais quando visitam parentes no sistema carcerário brasileiro. A prática, que inclui ainda nudez completa, agachamentos forçados e revistas manuais, é conhecida como “revista vexatória”. Em outubro de 2013, Conectas e parceiros realizaram seminário com especialistas nacionais e internacionais para tratar de estratégias e soluções para pôr um fim à prática. *Leia mais [aqui](#).*



Em março de 2014, Conectas, em parceria com [Rede Justiça Criminal](#), lançaram campanha nacional pelo fim da revista vexatória. A campanha contou com uma coletiva de imprensa na sede da organização. Na coletiva, também foi lançado o site da campanha, que além de vídeos com a atriz Denise Fraga e o rapper Dexter lendo depoimentos de cartas escritas por vítimas da revista, contém um sistema de mensagem para o Presidente do Senado - Renan Calheiros – cobrando a aprovação do Projeto de Lei nº 7764/2014 que proíbe à prática de revistas vexatórias em presídios brasileiros. Para o site da campanha acesse [aqui](#). Em junho de 2014, o projeto de lei foi aprovado pelo Senado por unanimidade. *Leia mais [aqui](#) e [aqui](#).*



No âmbito internacional, Conectas e parceiros denunciaram a prática da revista vexatória na 25ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, com pedido de apoio ao projeto de lei e o estabelecimento de regras mínimas para o tratamento da população encarcerada. *Leia mais [aqui](#) e [aqui](#).*

Em 2014, Conectas continuará lutando pela aprovação do projeto de lei federal e monitorará as ações de *advocacy* já realizadas pela organização no tema, como por exemplo a ação civil pública contra o estado de São Paulo demandando a reparação de danos causados às vítimas da revista. *Leia mais [aqui](#).*



DESDE 2003, Conectas atua com a justiça criminal e o sistema prisional com o objetivo de combater violações de direitos humanos no sistema prisional, especialmente com relação ao acesso à justiça e a garantia de direitos da população encarcerada. Nesta ótica, a efetividade, transparência e o fortalecimento de instituições democráticas como a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPSP) tem um papel fundamental em garantir direitos e o acesso à justiça à população marginalizada.



Desde a criação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em 2006, o órgão celebra convênios com instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) e a Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel (FUNAP) por falta de recursos suficientes e para compartilhar o dever de prestar assistência jurídica gratuita à população. Diante desse cenário e em razão da ausência de mecanismos de controle e monitoramento dos serviços prestados pela Defensoria, em 2013 Conectas concluiu uma pesquisa pioneira sobre a qualidade dos serviços de assistência gratuita prestados pela DPSP.

A pesquisa permitiu identificar que, além da falta de transparência, os convênios também carecem de um padrão de controle de atendimento e qualidade com relação aos serviços prestados pelas entidades conveniadas com a DPSP. Esses resultados são um primeiro passo e subsidiarão diálogos com a própria DPSP para futuras propostas concretas que poderão influenciar a política institucional de controle de qualidade da prestação de assistência jurídica no estado.

Em 2014, Conectas continuará fortalecendo e fomentando a política de assistência jurídica gratuita prestada pela DPSP, em especial, da população carcerária.



ATUAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA:



Direito de Defesa +



Inquéritos e indiciados:
a quem interessa esse
sistema de justiça? +



Governo paulista nega
educação a presas +



Em São Paulo,
Copa instaura
'período de exceção' +



POLÍTICA EXTERNA

ALÉM DE MONITORAR a atuação da política externa brasileira através da sua participação como membro do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (*CBDHPE*), em Brasília, Conectas tem fortalecido outras frentes de atuação com o objetivo de dar maior visibilidade ao posicionamento do Brasil em sua política externa, principalmente em casos de violações de direitos humanos. Para tanto, ações como a interlocução direta com autoridades públicas e stakeholders relevantes em Brasília, articulações com parceiros e o uso estratégico da mídia, têm sido fortes ferramentas para expor e aumentar o custo político do governo brasileiro, bem como a transparência, nos casos que envolvem direitos humanos, tais como:

Crise na Síria

No final de 2013, Conectas lançou um [mapa](#) indicando algumas das principais crises de direitos humanos vividas em 2013, relacionando com ações concretas realizadas pela organização. [Leia mais aqui](#) e [aqui](#).



Da guerra na Síria às manifestações em São Paulo, o mapa da Conectas em 2013 repassa as principais frentes de luta. Ao clicar sobre a seta, o mapa indica algumas das principais crises vividas nos últimos 12 meses, relacionando com ações concretas da organização em favor de suas vítimas



Podcast sobre os principais pontos do discurso feito por Dilma Rousseff na abertura da Assembleia Geral da ONU

Conectas analisou os principais pontos do discurso feito pela Dilma Rousseff na abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque. A fala da presidente foi marcada pelo rechaço à espionagem americana contra correspondências sigilosas do Brasil e pela oposição a qualquer ação militar na Síria. [Leia mais aqui](#)



Sabatina da Embaixadora do Brasil em Genebra

Para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra, a embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop passou por sabatina com os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Na ocasião, Conectas submeteu [sete sugestões de perguntas](#) relacionadas à participação do Brasil nos órgãos de direitos humanos da ONU. Dentre as perguntas sugeridas, duas foram feitas pelos senadores à embaixadora. A participação da sociedade civil nas sabatinas garante maior transparência e diálogo com a sociedade civil sobre a cooperação brasileira no âmbito internacional. [Leia mais aqui](#).



Ministro, eu#QueroSaber

Para ampliar a participação do público no diálogo sobre direitos humanos e política externa, Conectas lançou sua primeira campanha online, o [Ministro, eu#QueroSaber](#). Durante os quatro dias que a campanha ficou no ar, Conectas pôde colher 30 perguntas submetidas pelo público, através do Facebook. Todas as perguntas colhidas pelas redes sociais foram enviadas, por escrito, a todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado para a sabatina do então Ministro nomeado, Antônio Aguiar Patriota. A iniciativa #QueroSaber mostrou que há um grande interesse dos brasileiros por política externa, especialmente no que tange os direitos humanos. Uma [segunda edição](#) da campanha Ministro, eu#QueroSaber foi realizada em fevereiro de 2014, durante a audiência do chanceler Luiz Alberto Figueiredo. Dos 5 senadores que tomaram a palavra ao longo da sabatina, 4 mencionaram as questões compiladas e enviadas pela Conectas.

MINISTRO, EU #QUEROSABER

Na quinta-feira, dia 14, o chanceler Luiz Alberto Figueiredo irá ao Senado para prestar contas da política externa brasileira.

QUE PERGUNTAS VOCÊ QUER QUE ELE RESPONDA?

Todas as questões que você colocar na área de comentários desse post serão enviadas a ele e aos senadores pela Conectas.

PARTICIPE. PERGUNTE. COMPARTILHE.

CONECTAS
INSTITUTO NOROESTE



Campanha pelo apoio do Brasil na investigação de crimes na Coreia do Norte.

Na Coreia do Norte, cerca de 200 mil pessoas vivem em campos de trabalho forçado. Em março de 2013, o Conselho de Direitos Humanos da ONU criou a Comissão de Inquérito para investigar as décadas de abusos e impunidade do regime norte-coreano contra seus cidadãos. Conectas lançou uma [campanha](#) pedindo o apoio do Brasil na adoção da resolução e para não repetir a posição ambígua adotada pelo país em 2009, quando se absteve em votação. Quase 200 pessoas se uniram à campanha, repartindo mensagens nas redes sociais e enviando e-mails para à Embaixada do Brasil em Genebra. O pedido de apoio dos brasileiros foi feito pelo norte-coreano Shin Dong-hyuk, que num vídeo gravado pela Conectas, pediu apoio da delegação brasileira no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Shin nasceu num campo de prisão política e trabalho forçado na Coreia do Norte e foi submetido à tortura aos 14 anos, pendurado pela pele da barriga por um gancho de ferro e colocado para queimar sobre uma fogueira.



EM 2014, CONECTAS continuará defendendo e promovendo os direitos humanos na política externa brasileira, em especial, para aumentar a participação da sociedade nessa discussão, e atuar como um mecanismo de controle no Congresso (freios e contrapesos), seja via ações de advocacy e articulação, ou pressão via estratégias de mídia para pautar o debate e dar visibilidade às ações de política externa do governo brasileiro em descompasso com os direitos humanos.



AO PASSO QUE O PODERIO ECONÔMICO DOS BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) tem conquistado os holofotes das mídias local e internacional, o posicionamento desses países na defesa e promoção dos direitos humanos, especialmente com relação às políticas de desenvolvimento econômico e social, também tem tido crescente atenção global. Em 2013, as ações de advocacy da Conectas na defesa de direitos humanos dentro do contexto da política externa dos países emergentes focou em duas frentes:



Crise na Síria

Em 2013, a [crise na Síria](#) comemorou o triste [aniversário](#) de dois anos. Desde o início da crise, Conectas tem cobrado uma atuação mais firme do Brasil, como por exemplo, a [declaração conjunta](#) com demais organizações de direitos humanos ao Itamaraty. A declaração cobra um posicionamento favorável do governo brasileiro acerca do encaminhamento do caso da crise Síria ao Tribunal Penal Internacional.

Na [V Cúpula dos BRICS](#) realizada em Durban, África do Sul, em março de 2013, Conectas e organizações parceiras estavam presentes com o primordial objetivo de influenciar os governos dos BRICS. As ações de advocacy focaram em fazer com a declaração final adotada pelos governos dos BRICS contivessem recomendações sobre, por exemplo, o conflito na Síria. O endosso coletivo sobre a entrada de ajuda humanitária na Síria foi acatado na [declaração final](#) dos BRICS. O governo brasileiro informou a Conectas que o Brasil foi responsável por inserir o tema na declaração final. Mais recentemente, em fevereiro de 2014, Conectas e organizações parceiras acolheram positivamente a [Resolução 2139](#) do Conselho de Segurança da ONU. Na resolução, foi determinado o acesso humanitário desimpedido às vítimas de conflito armado interno na Síria.

Banco dos BRICS

Em setembro de 2013, durante a reunião dos G20, o [Brasil anunciou que injetaria USD 18 bilhões num fundo de reserva de USD 100 bilhões dos BRICS](#). A criação de um novo banco de desenvolvimento multilateral trouxe à tona e ressaltou a necessidade de definir os parâmetros de respeito aos direitos humanos na concessão de financiamento pelo recém criado Banco dos BRICS.



A criação do banco se fundamenta no discurso da necessidade de investir em projetos de infraestrutura e desenvolvimento em países emergentes, bem como diversificar linhas de financiamento para além das oferecidas por instituições existentes, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A necessidade de investimentos em projetos de infraestrutura nos países pobres e emergentes é inegável, no entanto, o modelo de desenvolvimento atualmente adotado pelos BRICS tem um forte viés por obras grandes e complexas que produzem impactos ambientais e sociais. Esses impactos, por sua vez, têm gerado casos preocupantes de violações de direitos humanos.

Diante desse cenário, Conectas e organizações parceiras elaboraram e cobraram dos líderes dos BRICS o cumprimento de *cinco pontos mínimos* que devem ser incorporados às estratégias e políticas operacionais do Banco dos BRICS.



BANCO DOS BRICS

5 PONTOS QUE O PRIMEIRO PROJETO DO BLOCO NÃO PODE DEIXAR DE FORA

1	2	3	4	5
Diretrizes e políticas socioambientais e de respeito aos direitos humanos	Consulta livre, prévia e informada antes de projetos com impacto sobre a vida de povos indígenas e tribais	Políticas sólidas de transparência e acesso à informação	Mecanismo efetivo e transparente para reclamações e solução de conflitos	Participação da sociedade em todas as fases de formalização do banco e no ciclo dos projetos

Em 2014, Conectas continuará conduzindo ações de advocacy e articulando com parceiros para pressionar dos BRICS uma atuação mais responsável e protetiva aos direitos humanos em seus países, bem como um posicionamento mais firme em casos violações de direitos humanos no âmbito internacional.



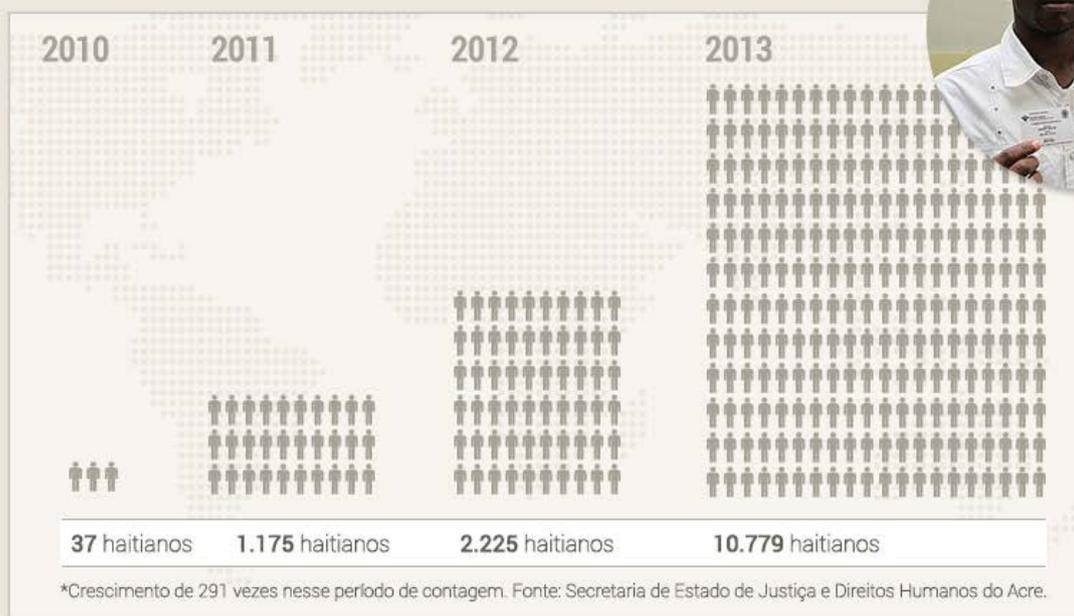
NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU realizada em abril de 2013, 154 países votaram favoravelmente ao primeiro instrumento jurídico internacional a regular o comércio de armas convencionais - de pistolas a mísseis-, estabelecendo critérios para a exportação de armas e trazendo mais transparência às transferências.

Em junho de 2013, na sede da ONU em Nova Iorque, o Brasil - juntamente com outros 66 países - *assinaram o Tratado sobre Comércio de Armas* (ATT, Arms Trade Treaty na sigla em inglês). O tratado tem por objetivo coibir o comércio ilícito e prevenir o desvio de armas que abastecem genocidas, terroristas e o crime organizado internacional, assim contribuindo pela redução da violência mundial e proteção dos direitos humanos. De acordo com as disposições do tratado, ele somente entrará em vigor 90 dias após o 50º Estado que o ratificar. Até o momento, apenas 11 países ratificaram o tratado. Desde então, Conectas e organizações parceiras tem lutado pela ratificação do tratado pelo governo brasileiro, pressionando maior celeridade nos poderes Executivo e Legislativo.

Em março de 2014, mais de 8 meses após a assinatura do tratado pelo Brasil, o mesmo ainda se encontrava em trâmite no Ministério das Relações Exteriores, sem nem sequer ter chegado ao Congresso. Apesar da lentidão do governo brasileiro, Conectas continuará pressionando o Brasil, juntamente com parceiros, pela ratificação do tratado.



DESDE A CONCESSÃO de vistos humanitários aos haitianos pelo governo brasileiro em 2012, o fluxo migratório dos haitianos ao Brasil tem se intensificado cada vez mais. Essa intensificação de fluxo tem ocorrido de forma improvisada e pouco estruturada do ponto de vista jurídico e operacional, levando a flagrantes violações aos direitos dos migrantes. Conectas acredita que ao influenciar a forma como o Brasil se posiciona com relação ao aumento do fluxo migratório, a organização estará também influenciando as posições internacionais do Brasil em direitos humanos. O papel proeminente que o país exerce no contexto dos países emergentes e a responsabilidade que esse papel acarreta é uma das questões centrais do programa.



A situação dos haitianos no Acre se tornou, de fato, uma emergência humanitária ocultada pelo governo. Em agosto de 2013, Conectas realizou uma *missão in loco* na cidade acreana de Brasileia, na fronteira da Bolívia, para apurar a situação dos haitianos. Na ocasião, mais de 830 imigrantes – quase todos haitianos –, estavam alojados num galpão de condições insalubres com capacidade para apenas 200 pessoas. Durante a missão, Conectas recolheu 20 depoimentos de haitianos que estavam abrigados em Brasileia.

Diante da crise humanitária dos imigrantes haitianos, Conectas realizou uma série de ações de *advocacy* - nos âmbitos nacional e internacional - para dar visibilidade e cobrar medidas efetivas do governo brasileiro no acolhimento dos haitianos.





Denúncia em Brasília

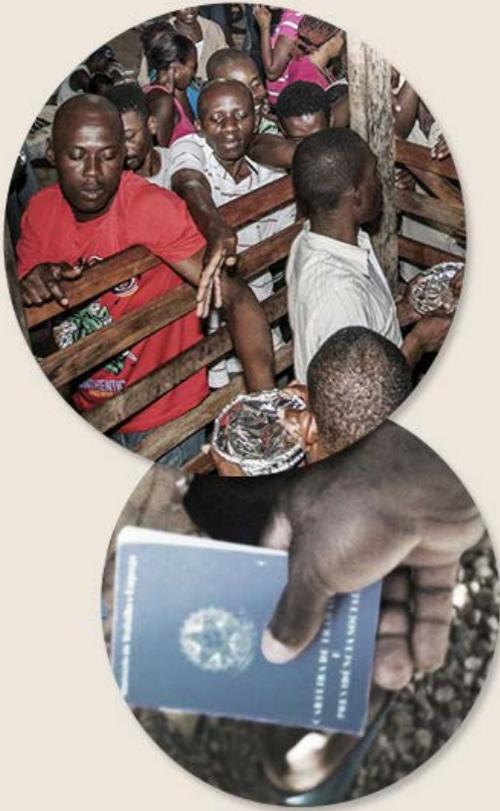
Conectas se encontrou com representantes dos ministérios do Trabalho, da Justiça e das Relações Exteriores para denunciar o desrespeito e as violações de direitos humanos na cidade acreana de Brasileira. Durante essas reuniões com autoridades, Conectas tratou do visto humanitário, da situação do abrigo em Brasileira e da necessidade de sua federalização, bem como da precariedade da política nacional para migrações. [Leia mais aqui.](#)



1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio

Em dezembro de 2013, Conectas foi eleita membro do Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil sobre ações de Migração e Refúgio (CASC-Migrante) da Secretaria Nacional de Justiça. O Comitê visa ampliar os espaços participativos, em especial da sociedade civil, para monitorar e avaliar a política migratória. Por ser membro do CASC-Migrante, Conectas pôde votar na primeira Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) realizada em maio de 2014. O encontro teve por objetivo promover um espaço de diálogo mais amplo para discutir a legislação e elaborar um Plano Nacional para migrações e refúgio, pautado nos direitos humanos. [Leia mais aqui.](#)





Advocacy na vinda dos haitianos a São Paulo

Em abril de 2014, o governo do Acre informou Conectas sobre [fechamento do abrigo em Brasileia](#) e a transferência de todos os imigrantes do abrigo – majoritariamente haitianos – a São Paulo. Com essa mudança de cenário, Conectas articulou com parceiros e realizou uma série de ações de advocacy, como articular com a Coordenação para Migrantes do estado de São Paulo para assegurar que o estado tenha a capacidade de coordenar e atender a chegada desses imigrantes a São Paulo. Em maio de 2014, o governo de São Paulo informou Conectas, em primeira mão, sobre o estabelecimento de novo abrigo temporário para os haitianos, localizado na região do Glicério. O abrigo temporário, de 3 meses, tem capacidade para abrigar 120 pessoas. Ainda, em audiência pública que discutiu o anteprojeto da nova Lei de Migrações, realizada no mesmo mês, o governo anunciou que um abrigo permanente estava sendo procurado e que entrará em funcionamento após os três meses do abrigo temporário. O novo abrigo permanente também funcionará como um centro de referência para migrantes.

Recomendações à ONU e OEA

Em Apelo Urgente à Organização das Nações Unidas (ONU), Conectas cobrou a equiparação da crise humanitária em Brasileia como um reflexo da situação humanitária no Haiti. A organização também cobrou o envio de relatores da ONU à Brasileia e aos locais que fazem parte da rota de migração haitiana na América do Sul para apurar informações - in loco -, e questionar a gestão dessa crise pelos países envolvidos. No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), Conectas e organização parceira enviaram documentação extensa cobrando uma audiência temática na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (CIDH) para tratar do abrigo, bem como da responsabilidade regional por esta crise, que envolve, no mínimo, cinco países (Brasil, Haiti, Bolívia, Equador e Peru). *Leia mais [aqui](#).*

Audiência temática OEA: “A Situação dos Direitos Humanos dos Migrantes Haitianos nas Américas”

Em audiência temática da CIDH realizada - a pedido da Conectas e organização parceira - em Washington, nos Estados Unidos, foram apresentadas propostas aos Estados onde os haitianos perpassam para chegar ao Brasil. O intuito da audiência foi cobrar que a CIDH possa servir de espaço de diálogo regional, garantindo que durante o trajeto migratório, os haitianos possam migrar de forma segura e livre de abusos e exploração. Durante a audiência, Conectas e organização parceira pautaram o debate e obtiveram reconhecimento da própria CIDH pela atuação com os migrantes haitianos. *Leia mais [aqui](#) e [aqui](#).*





Pronunciamento na ONU sobre a situação dos imigrantes haitianos

Em março de 2014, Conectas e organização parceira fizeram pronunciamento oral no Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre a crise humanitária no abrigo de Brasileia, estado do Acre.

Leia mais [aqui](#).

CONECTAS CONTINUARÁ LUTANDO pela reforma da lei migratória no Brasil e articulando com organizações parceiras pela defesa dos direitos humanos da população migrante.

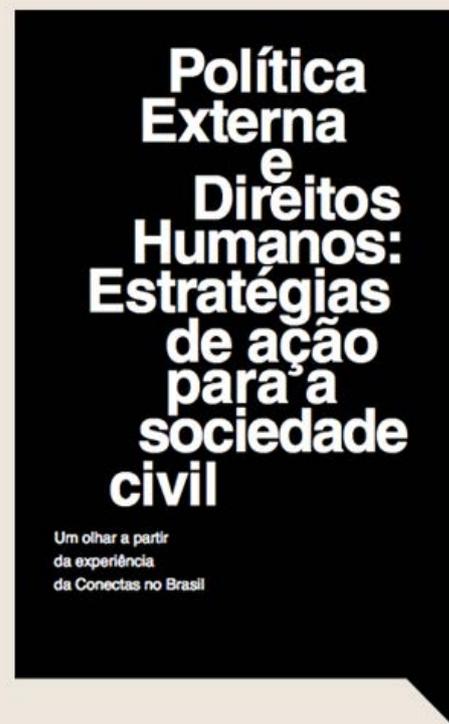


DESDE SUA FUNDAÇÃO, Conectas investe no conhecimento como ferramenta e aliado essencial na concretização de sua missão.

Divulgar e disseminar o conhecimento produzido, bem como a experiência adquirida pela organização ao longo dos anos, é essencial ao objetivo da organização de contribuir para a construção coletiva de um debate crítico de direitos humanos, bem como para o engajamento da sociedade na defesa de direitos. Em 2013, algumas dessas iniciativas de produção de conhecimento voltado para ação foram realizadas:

Política Externa e Direitos Humanos: Estratégias de ação para a sociedade civil

Em outubro de 2013, Conectas lançou um *estudo de caso* sobre sua experiência com política externa, explicitando os desafios e estratégias implementadas pela organização nessa frente de atuação. *Leia mais [aqui](#)*.



Experiência de organizações do Sul Global em Política Externa

Na *19ª edição* da *Revista SUR* sobre Política Externa, Conectas, *CIVICUS* e *CHRI*, organizações do Sul Global e de países emergentes, compartilharam sua experiência com política externa.

Capacitação de parceiros da África: acesso aos mecanismos de direitos humanos da ONU

Durante a 26ª edição do Conselho de Direitos da ONU realizada em junho de 2014, Conectas organizou um curso informal de capacitação com 4 parceiros (África do Sul, Gana, Costa do Marfim e Indonésia) que tinham interesse em trabalhar com política externa e conhecer os mecanismos de direitos humanos da ONU. Durante a imersão de uma semana, os participantes puderam se reunir com membros da ONU, entrevistar diferentes stakeholders, diplomatas, funcionários da ONU e outras organizações do Sul Global que realizam trabalhos em Genebra. A capacitação também contou com workshops sobre como trabalhar com política externa, ONU e para além da ONU.

EM 2014, CONECTAS continuará produzindo e disseminando conhecimento voltado para ação, seja individualmente ou em parceria com organizações.



NO ÂMBITO INTERNACIONAL, Conectas continua utilizando mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos, tais como o Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH) e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para denunciar e expor violações de direitos humanos.

No âmbito da ONU, graças a uma representação permanente em Genebra, Conectas participa ativamente das sessões do CDH para monitorar e influenciar a política externa brasileira com relação à implementação de recomendações assumidas pelo Brasil e o posicionamento brasileiro na proteção e defesa dos direitos humanos dos demais Estados, em especial dos países do Sul Global. No âmbito da OEA, Conectas tem realizado ações de advocacy para pressionar o Brasil a ter uma atuação mais firme com relação ao fortalecimento do sistema e, cada vez mais, a organização tem utilizado o sistema para denunciar casos de violações de direitos humanos cometidas no Brasil.



Conselho de Direitos Humanos da ONU

Em 2013, Conectas participou ativamente das sessões do CDH da ONU, realizando ações de advocacy com parceiros, desde eventos paralelos durante as sessões, pronunciamentos orais sobre violações de direitos humanos, participação em mesas de debate, dentre outras ações, veja algumas. *Leia mais em conectas.org*

- Advocacy e campanha online em prol do ativista norte-coreano Shin Dong-hyuk pedindo apoio do Brasil para a criação de uma comissão de inquérito que apure a situação dos direitos humanos em seu país (22ª sessão);

- Evento paralelo "Copa para quem? Cartão Vermelho para a Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil" (23ª sessão);

- Pronunciamento oral com organizações parceiras contra a detenção de indivíduos por períodos indefinidos e sem julgamento na Baía de Guantánamo, Cuba (23ª sessão);

- Apoio, por meio de carta conjunta assinada com organizações de diferentes países, a duas resoluções adotadas pela ONU na 24ª sessão sobre a atuação da sociedade civil e represálias contra defensores de direitos humanos;

- Declaração conjunta com outras organizações e ações coordenadas no Twitter para uma resolução mais comprometida acerca das violações de direitos humanos cometidas no Sudão (24ª sessão);

- Apoio à investigação internacional, em carta conjunta com outras 23 organizações do Sul Global, para apurar os crimes cometidos no Sri Lanka durante a guerra civil (25ª sessão);



- Advocacy com organizações parceiras contra às emendas à resolução da ONU sobre protestos como, por exemplo, a proibição do uso de armas letais pelos agentes do Estado durante manifestações (25ª sessão);

- Denúncias sobre os crimes cometidos no complexo penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, situação dos imigrantes haitianos na cidade de Brasileia e realização de revistas vexatórias nas entradas dos presídios no Brasil (25ª sessão);

- Debate, organizado pela Conectas e organizações parceiras, sobre a influência das ONGS na política externa de seus países (26ª edição);

- Divulgação da análise e pronunciamento oral sobre os três anos de atuação do Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (26ª edição).



Sistema Interamericano de Direitos Humanos

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos, composto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, são instâncias regionais que cumprem um papel crucial na defesa de direitos humanos na região das Américas, como o que ocorreu com a proteção das vítimas das ditaduras latino-americanas. Conectas tem utilizado esse mecanismo cada vez mais para expor e denunciar casos de violações de direitos humanos no Brasil:

- Primeira audiência temática da CIDH sobre as políticas de drogas na América Latina, convocada pela Conectas e organizações parceiras;

- Denúncia, com organizações parceiras, sobre a apuração de mais de 200 casos de abuso cometidos pelas forças policiais na repressão aos protestos que ocorrem no país desde junho de 2013;

- Audiência temática da CIDH, em Washington, solicitada por Conectas e organização parceira sobre a situação dos migrantes haitianos nas Américas.

EM 2014, CONECTAS continuará fortalecendo sua atuação nos sistemas regionais e internacionais de direitos humanos, em especial, com relação ao uso desses mecanismos de forma integrada pelos diferentes programas da organização, tais como Justiça e Política Externa. Essa atuação conjunta tem fortalecido a atuação da Conectas - como uma voz coletiva - na defesa e proteção dos direitos humanos.



SUL-SUL

EM 2013, CONECTAS FORTALECEU sua atuação e alcance no continente africano estabelecendo novas parcerias e credibilidade com parceiros atuais. A organização também articulou e atuou em conjunto com organizações na África para expor casos de violações de direitos humanos e realizar ações de advocacy, tais como:

Zimbábue

As violações de direitos humanos no Zimbábue, que Conectas tem monitorado desde 2007. Nas eleições ocorridas no país em julho de 2013, Conectas se articulou com organizações locais e cobrou da missão diplomática brasileira em Pretória, África do Sul, um pronunciamento oficial sobre a transparência do processo eleitoral no Zimbábue. Em razão da pressão da Conectas, o Itamaraty prestou esclarecimentos sobre o posicionamento brasileiro no caso à organização. *Leia mais [aqui](#) e [aqui](#).*



Egito

O apoio e a colaboração da Conectas com organizações locais no Egito para expor a crise no país e defender o fim da violência. Em julho de 2013, após as manifestações populares que culminaram na derrubada do então presidente Mohamed Morsi, graves violações de direitos humanos resultaram na morte de mais de 600 pessoas. Dentre as demandas da sociedade civil - que contaram com o apoio da Conectas - estavam a apuração dos responsáveis pela violência excessiva e a reforma das instituições de segurança no Egito. *Leia mais [aqui](#).*

Zâmbia

Repúdio à lei nacional na Zâmbia, que limita a liberdade de ação de organizações da sociedade civil no país. Em outubro de 2013, Conectas compôs um grupo de 112 organizações sediadas em 46 países que se manifestou ao Presidente da Zâmbia se opondo à lei, propondo um diálogo aberto entre o governo e a sociedade civil antes de sua implementação. *Leia mais [aqui](#).*





Costa do Marfim

Advocacy com organização parceira da Costa do Marfim cobrando medidas do Ministério de Defesa do Brasil para coibir o desvio da venda armas brasileiras no continente africano de sua destinação original. Desde 2004, o Conselho de Segurança da ONU embargou a comércio de armas no país. O tráfico de armas ameaça a proteção dos direitos humanos e a estabilidade segurança da região, visto que o país ainda se recupera de uma guerra civil e conflito armado. *Leia mais [aqui](#).*

Guiné Bissau

Parceria com organizações locais do Guiné Bissau para defender os Direitos Humanos no país. Em janeiro de 2014, o ex-chanceler brasileiro - Antônio Aguiar Patriota - esteve no Guiné Bissau no papel de presidente da Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz, ocasião em que se reuniu com representantes do governo e as Forças Armadas. Conectas e parceiros locais articularam para que cobrar maior participação do governo brasileiro no país, em particular em razão da primeira eleição - que ocorreu em abril de 2014 – após o golpe de Estado de abril de 2012. *Leia mais [aqui](#) e [aqui](#).*



EM 2014, Conectas pretende expandir sua cooperação com parceiros do Sul Global nas regiões da América Latina e Ásia.



DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS foi tema da [17ª edição](#) da Revista SUR. A edição foca nos desafios e questionamentos em torno do conflito entre desenvolvimento e a defesa dos direitos humanos, como por exemplo a responsabilização de empresas multinacionais pelas violações de direitos humanos dos trabalhadores ou populações locais. *Leia mais [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#).*



O acesso à informação polariza a sociedade gerando maiores violações de direitos humanos ou serve para prevenir que elas ocorram? Outras temáticas como uma internet fundamentada nos direitos humanos, o acesso e a liberdade de informação e a construção de uma governança global da internet também são debatidos na [18ª edição](#) da Revista SUR, que traça a relação entre **Informação e Direitos Humanos**. *Leia mais [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#).*



A forma como países emergentes lidam com dilemas que envolvam política externa e direitos humanos, o papel e a crescente pressão da sociedade civil na política externa de seus países, são alguns dos temas da [19ª edição](#) da Revista SUR sobre **Política Externa e Direitos Humanos**. *Leia mais [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#).*

A 20ª edição da Revista SUR será uma edição comemorativa de 10 anos da revista. *Para o site da revista leia [aqui](#).*

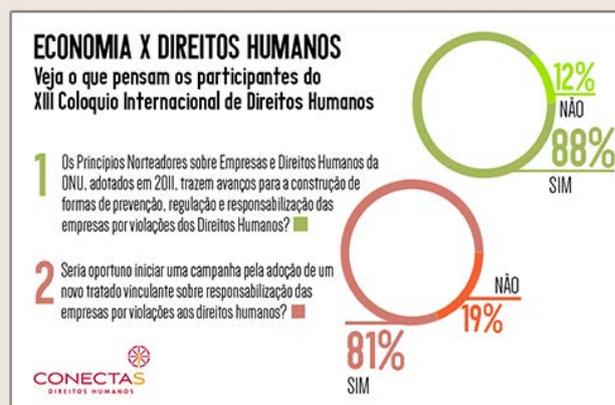
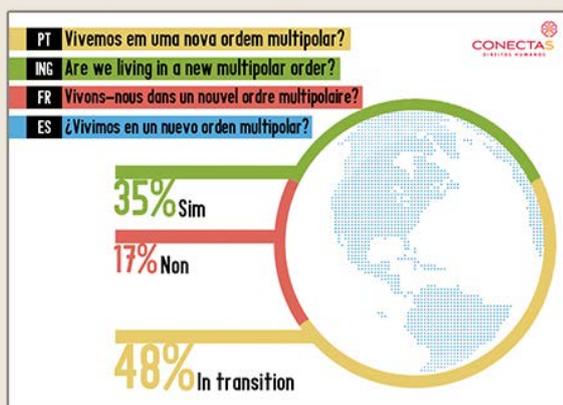


O **13º COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS** foi realizado entre os dias 12 a 19 de outubro de 2013 com o tema "Uma nova ordem global em direitos humanos? Atores, desafios e oportunidades". O evento contou com 61 ativistas de 44 países do mundo todo. Em relação às 12 versões anteriores, o Colóquio de 2013 contou com ousadas inovações em sua metodologia e formato, tais como um dia de palestras sobre multipolaridade em formato TEDx, a realização de uma *Comissão Extraordinária Internacional de Direitos Humanos*, maior uso da tecnologia e internet (ex.: votação eletrônica durante pesquisa em tempo real) e novas dinâmicas de grupo, tais como o "Fish Bowl" e "Thinking Hats". Cada dia do Colóquio contou com os seguintes temas: (i) TEDx promove palestras sobre multipolaridade em São Paulo; (ii) Incoerências e contradições em direitos humanos; (iii) A complexa relação entre empresas e direitos humanos; (iv) Nova ordem e sistemas internacionais; (v) 13º Colóquio discute financiamento das ONGs; e (vi) O quanto ONGs e movimentos de rua estão ligados? *Leia mais em conectas.org.*



De 2001 a 2013, mais de 1,400 pessoas já participaram do Colóquio, dentre eles ativistas, observadores e voluntários de 74 países, vindos primordialmente da África, Ásia e América Latina.

A PARTIR DE 2014 o Colóquio será realizado a cada dois anos. Nos anos em que não haverá Colóquio, Conectas realizará encontros regionais estratégicos com ativistas de direitos humanos de organizações parceiras do Sul Global. Os encontros servirão para definir uma agenda comum de ação.



EMPRESAS
E DIREITOS HUMANOS

EM 2011, o Conselho de Direitos Humanos da ONU criou o Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU (GT da ONU) com o principal objetivo de disseminar e implementar os *Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos* (Princípios Orientadores), como também discutir boas práticas e dar apoio aos esforços de capacitação neste tema, dentre outras atividades. *Leia mais [aqui](#).*



Desde a criação do GT da ONU, Conectas e as organizações parceiras *Dejusticia* (Colômbia) e *Justiça Global* (Brasil) têm monitorado e acompanhado os trabalhos do GT, o que levou à criação do Observatório do Grupo de Trabalho da ONU ([v](#)). Além de monitorar e acompanhar o GT da ONU, o Observatório também busca preencher lacunas existentes nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, aprofundando o debate sobre temas como acesso à justiça e remédios judiciais nos casos de violações cometidas por empresas. Ainda, o Observatório também busca cobrar do GT da ONU uma atuação mais ativa do grupo, como por exemplo, manter um canal de comunicação fluida com vítimas de violações de direitos humanos cometidas por empresas.



Em 2013, o Observatório preparou um balanço dos primeiros dois anos de atuação do GT da ONU (veja [aqui](#) o balanço), como também elaborou análises críticas dos relatórios divulgados pelo grupo, tais como pesquisas piloto realizadas com Estados e empresas e a relação entre povos indígenas, direitos humanos e empresas. *Leia mais [aqui](#).*

EM 2014, Conectas continuará monitorando o GT da ONU, pautando o debate sobre a disseminação e implementação dos Princípios Orientadores nos países do Sul Global.



POR MUITO TEMPO, o movimento de direitos humanos pouco discutia a relação entre direitos humanos e desenvolvimento. No entanto, em anos recentes, o interesse do movimento na pauta 'desenvolvimento' cresceu em razão da crescente aplicação legal dos debates conceptuais e sociais que ele tem provocado, colocando a distribuição de recursos, as questões econômicas – como a desigualdade – de volta no centro das agendas de direitos humanos. Ademais, o surgimento dos chamados 'países emergentes' tem revitalizado políticas de desenvolvimento e, com elas, as tensões em níveis internacionais e nacionais da relação entre os direitos humanos dos indivíduos e das comunidades afetadas e os projetos de desenvolvimento.

O Brasil em particular, nos últimos anos, alcançou taxas de crescimento elevadas e reduziu significativamente a pobreza, mas esta melhoria não se reflete no acesso a direitos básicos, por exemplo, no acesso a saúde e educação de qualidade. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento dominante (às vezes chamado de "crescentista"), baseado na extração de minerais, hidrelétricas e agricultura em grande escala, vem afetando desproporcionalmente as comunidades mais vulneráveis.

Ao mesmo tempo, empresas brasileiras têm ampliado sua atuação internacional, em particular em alguns países do Sul Global (como Angola, Moçambique, Equador e Bolívia). Nestas circunstâncias, denúncias de violações aos direitos humanos foram realizadas, em particular de despejos forçados, falta de respeito aos direitos dos povos indígenas e de uso excessivo da força, entre outras.



II FÓRUM DA ONU SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS: A IMPUNIDADE SERÁ LEVADA A SÉRIO?
Acompanhe no site www.conectas.org.
DE 2 A 4/12

Em quase 60% dos casos, as empresas são diretamente responsáveis pelas violações. | Empresas da cadeia de produção estão envolvidas em 18% dos casos.

59% **18%**

* A/HRC/8/5/Add.2 - 23/5/08



As ações da Conectas na área de Empresas e Direitos Humanos envolvem advocacy com foco em incrementar a prestação de contas (accountability) das instituições financeiras de desenvolvimento, bem como promover reformas no marco institucional e normativo. E desde 2013, Conectas desenvolve pesquisas e ações de advocacy com a finalidade de mitigar o déficit de transparência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



No início de 2014, a organização concluiu uma pesquisa sobre os parâmetros de direitos humanos que podem ser implementados pelo BNDES em seus empréstimos. *Leia a pesquisa [aqui](#).* Enquanto isso, Conectas tem participado ativamente do Fórum de Diálogo criado pelo próprio BNDES para debater com a sociedade civil em focos temáticos como transparência e salvaguardas. No primeiro semestre de 2014, realizamos um treinamento para capacitar organizações da sociedade civil a monitorarem e documentarem violações de direitos humanos cometidas por empresas.

EM 2014, Conectas continuará cobrando uma maior transparência das instituições financeiras de desenvolvimento, como é o caso do BNDES, buscando fortalecer as salvaguardas operacionais ambientais e sociais implementadas por estas instituições.

27/03/2014

**BNDES:
prestação de contas no Senado** ⊕

05/12/2013

**Quais são as obrigações
do BNDES em matéria
de direitos humanos?** ⊕



O FÓRUM DA ONU sobre Empresas e Direitos Humanos é um espaço em que a sociedade civil pode participar, juntamente com empresas e demais atores relevantes, no debate sobre a implementação e disseminação dos *Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos* (Princípios Orientadores). A participação da sociedade civil nesses debates fomenta a discussão sobre violações cometidas por empresas, os mecanismos de responsabilização e *accountability* dessas empresas e o papel da sociedade civil em garantir que os direitos humanos das vítimas sejam assegurados.



Em dezembro de 2013, foi realizado o II Fórum da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, que contou com a participação da Conectas. O primeiro painel do II Fórum da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos foi dedicado ao debate dos Princípios Orientadores e de sua aplicação no nível regional. Ainda, o balanço sobre os dois anos do Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos como as análises aos seus relatórios também foram discutidos, sendo divulgados às vésperas do fórum. Essa divulgação prévia contribuiu e fortaleceu o conhecimento da sociedade civil sobre a atuação do grupo, fomentando um debate mais crítico sobre as pautas apresentadas. Na ocasião, Conectas também foi painelistas do debate sobre os contrastes das práticas de instituições financeiras do setor público, em temas como transparência e povos indígenas, dentre outros. *Leia mais em [aqui](#) e [aqui](#).*



INSTITUCIONAL

Desenvolvimento Institucional

A área de Desenvolvimento Institucional zela pela sustentabilidade organizacional da Conectas. Isto inclui assegurar a obtenção e manutenção de recursos financeiros (captação, prestação de contas, prospecção e fortalecimento da relação com atuais e novos apoiadores), bem como demais aspectos organizacionais não-financeiros como planejamento, capacitação, integração e a avaliação dos programas e áreas.

AVALIAÇÃO

Em 2013, Conectas formalizou e concluiu seu primeiro processo formal de avaliação interna de todos os seus programas e áreas institucionais. A iniciativa foi capitaneada pela área de Desenvolvimento Institucional e contou com a colaboração de todos os integrantes da organização. Embora a organização já tenha passado por outros processos de avaliação desde sua fundação, o processo desenvolvido internamente foi uma inovação. Em razão das especificidades de cada programa e área, bem como da própria organização, essa iniciativa pioneira permitiu dar início ao mapeamento e a identificação de metodologias que serão implementadas e aprimoradas nos próximos processos de avaliação. Em 2014, Conectas realizará um processo de avaliação semestral para complementar o processo anual no final do ano.

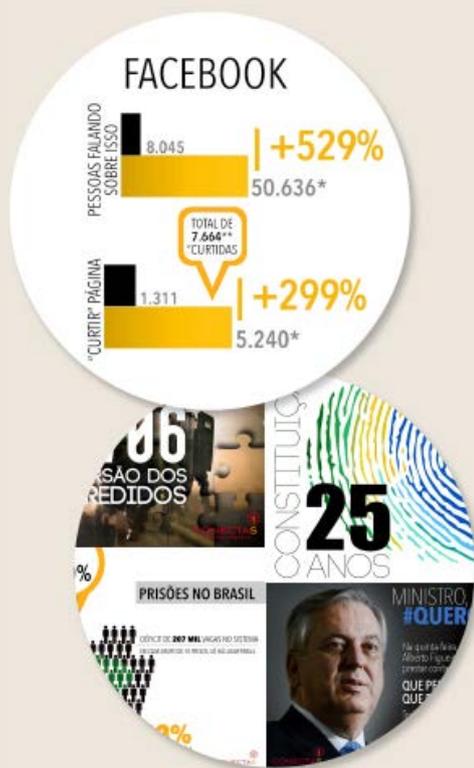
SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade e independência financeira da Conectas é fundamental para consecução dos objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo da organização. O novo fôlego orçamentário da organização garantiu que os programas e áreas institucionais pudessem traçar objetivos mais ambiciosos e almejar resultados com maior impacto para sociedade. Em 2013, Conectas emvidou esforços para continuar assegurando a sustentabilidade financeira da organização. Para tanto, a organização investiu na articulação com potenciais novos financiadores, bem como continuou fortalecendo o relacionamento com financiadores que confiam e já possuem um histórico de longa data com a organização. Esses esforços possibilitaram trazer à organização novos apoiadores e permitiu renovar financiamentos com projetos que já estavam em curso. Desta forma, a saúde financeira da organização pôde garantir a continuidade na execução dos planos estratégicos da organização.



EM 2013, A ÁREA DE COMUNICAÇÃO DA CONECTAS amadureceu de maneira significativa, o que contribuiu para fortalecer as ações de advocacy, bem como o alcance da organização.

O site reformulado aprimorou a identidade e marca "Conectas", se tornando uma plataforma mais acessível e direcionado a conteúdos de mídia. O novo site é um canal direto de diálogo e informação disponível ao público da Conectas e também fortalece a interação entre a organização e seus parceiros. **De janeiro de 2013 a dezembro de 2013, o site teve 81.766 acessos, uma média de 11.680 por mês, um crescimento de 90,73% em relação ao mesmo período de 2012. Em janeiro de 2014 a julho de 2014, o site teve 139.864 acessos, uma média de 19.980 por mês, um crescimento de 71,05% em relação ao mesmo período de 2013.**



O uso da mídia se tornou um componente estratégico para a organização. Essa ferramenta foi incorporada em todos os programas e tem sido utilizada, de maneira estratégica, para conscientizar e mobilizar o público em geral, fortalecer e construir constituency e promover um debate mais crítico sobre os direitos humanos. **De janeiro de 2013 a julho de 2014, o número de seguidores da Conectas no Facebook cresceu 489,04% (2.017 seguidores para 11.881 seguidores).** Muito desse crescimento se deve a campanhas online bem sucedidas, bem como compartilhamento de posts

Hoje, todos os meios de comunicação da organização estão integrados. Sendo assim, sempre que a organização realiza uma ação de comunicação, isto é refletido em todos os veículos de mídia (site, Facebook, Twitter) como uma ação coletiva e conjunta. Em 2013 e no primeiro semestre de 2014, realizamos campanhas de sucesso que envolveram todos esses meios de comunicação para dar maior visibilidade e vazão às ações de advocacy realizadas pelos programas, como por exemplo: [Revista Vexatória](#) e [Ministro, eu#QueroSaber](#).



Administrativo & Financeiro

Em 2013, Conectas investiu no fortalecimento da transparência da organização. Com uma atuação mais ativa do Conselho Fiscal, o departamento financeiro pôde mapear e implementar melhorias nos processos e operações financeiras da organização, como por exemplo, a contratação de novo auditor externo – PricewaterhouseCoopers. O planejamento e a coordenação das operações administrativas e financeiras da Conectas continuam garantindo a fluidez e boa execução dos programas e áreas. O departamento também continua fortalecendo sua atuação e interação com os programas e demais áreas institucionais da organização, assim zelando pela saúde financeira e administrativa da organização.

